

Pamplona

PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



**Que tal
uma
Costelinha
Temperada?**

Relatório da Administração 2024

Apresentação

A Pamplona Alimentos S.A. apresenta, neste Relatório da Administração e em suas Demonstrações Financeiras, as informações referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. A estrutura e o conteúdo deste documento baseiam-se no respeito às disposições legais e estatutárias e às práticas contábeis adotadas no Brasil, proveniente das orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O Relatório da Administração foi revisado pelos auditores externos independentes.

A Pamplona - Contexto Operacional

Ao longo de 76 anos de história, a Pamplona consolidou sua posição no mercado nacional e internacional de carne suína e derivados, com presença na maioria dos estados brasileiros e exportações para mais de 20 países. Reconhecida pela qualidade dos seus produtos, a Companhia combina tradição e inovação tecnológica para oferecer alimentos saudáveis, seguros e práticos.

Em 2024, a Pamplona comercializou mais de 157 mil toneladas de carnes *in natura* e derivados suínos, com destaque para as vendas de produtos processados, que totalizaram 61,29 mil toneladas. A Companhia conta com mais de 3,5 mil colaboradores e uma estrutura que inclui a sede administrativa em Rio do Sul (SC), localizada junto a uma das duas plantas industriais próprias - a outra está em Presidente Getúlio (SC). Além disso, opera com uma unidade terceirizada em Chapecó (SC).

A Companhia conta ainda com uma fábrica de ração em Laurentino (SC) e oito granjas próprias. Além disso, mantém um centro de distribuição concentrador em Camboriú (SC), um *hub* que distribui os produtos para outros oito centros de distribuição em oito estados, com destaque para a unidade de Jandira, responsável pelo atendimento ao Estado de São Paulo. Complementando sua presença no mercado, possui duas casas de carnes (em Rio do Sul e em Itajaí), que oferecem todo o portfólio de produtos frescos e variados aos consumidores.

O portfólio abrange 354 itens, incluindo cortes temperados ou *in natura*, embutidos, linguças frescas, defumados e fatiados. Expandindo sua atuação no mercado, a Companhia desenvolveu produtos exclusivos para o segmento de *food service* e lançou uma linha de pizzas *gourmet* artesanais, combinando alta qualidade e sabor diferenciado para atender às novas demandas dos consumidores.

No mercado externo, a Companhia atende clientes na Ásia, América do Norte e América Latina.

Conjuntura econômica

As exportações de carne suína brasileira bateram recorde em 2024. De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), as vendas para outros países no ano alcançaram 1,33 milhão de toneladas, superando a marca histórica de 1,21 milhão de toneladas atingida em 2023. O montante arrecadado foi de R\$ 16,3 bilhões, representando um crescimento de 17,3% em relação ao ciclo anterior.

Durante o exercício, as Filipinas assumiram a liderança no mercado asiático, registrando compras que totalizaram 254,3 mil toneladas - mais que o dobro do volume registrado no ano anterior. Em contrapartida, a China importou 241 mil toneladas, demonstrando uma queda de 38% em relação a 2023. No mercado sul-americano, o Chile apresentou um aumento de 29% nos envios, totalizando 113 mil toneladas.

No mercado interno, o desempenho também foi positivo. Em 2024, no Brasil demonstrou resiliência e dinamismo, impulsionado por investimentos em tecnologia, inovação e sustentabilidade. O setor também se destacou pela diversificação de seu portfólio, atendendo à crescente demanda dos consumidores por produtos que vão desde cortes *in natura* até itens processados e *premium*. O acréscimo nos valores dos produtos é atribuído à ampliação das demandas interna e externa, à oferta restrita de suínos para abate e aos ganhos de competitividade da carne suína em comparação com a bovina no mercado doméstico.

Marca mais próxima do consumidor

A Pamplona adota diversas estratégias para fortalecer sua presença no mercado e estreitar a relação com o consumidor. Essa aproximação envolve a comunicação *online*, utilizando mídias sociais para divulgar produtos, compartilhar receitas e oferecer dicas culinárias, estabelecendo um contato direto que traz maior interação e engajamento com o público.

Além do ambiente digital, a Companhia participa ativamente de eventos e feiras dos setores supermercadistas e gastronômico, onde promove degustações, apresenta lançamentos e estabelece conexões com clientes e parceiros.

No relacionamento com supermercados, redes varejistas e *food service*, a Pamplona intensificou ações para que seus produtos cheguem ao consumidor com destaque. A inovação no portfólio é uma dessas estratégias: com o desenvolvimento de novos cortes, linhas temperadas e embalagens práticas, a Companhia acompanha as tendências de consumo e oferece mais conveniência ao público consumidor.

Campanhas publicitárias e institucionais reforçam a identidade da marca e criam conexões emocionais com os clientes. Promoções, vídeos institucionais e ações especiais em datas comemorativas ampliam o alcance e o reconhecimento.

Tudo isso, somado ao compromisso com rastreabilidade, bem-estar animal e práticas ambientais responsáveis, fortalece a confiança do consumidor e consolida a marca no mercado.

Inovação e tecnologia

A Pamplona intensificou a adoção de tecnologias inovadoras para aprimorar suas operações e garantir a segurança da informação. A unidade de Presidente Getúlio (SC) consolidou a automação da estocagem, utilizando robôs para o manejo e armazenamento, tornando a Companhia mais eficiente operacionalmente.

A Companhia também fortaleceu a segurança digital com treinamentos específicos e a implementação de políticas para proteção de dados. O sistema de *Disaster Recovery* (DR)

assegura a continuidade das operações, mesmo diante de eventuais falhas ou desastres. Outro avanço foi a implantação do Centro de Operações de Segurança (SOC), dedicado ao monitoramento contínuo de ameaças cibernéticas.

Logística

A Pamplona dispõe de um sistema logístico estruturado que abrange desde a produção de suínos até a entrega dos produtos acabados. Uma ampla rede de distribuição confere agilidade e precisão ao processo, tanto no atendimento ao mercado interno quanto ao externo.

Para aprimorar ainda mais suas operações, a Companhia continua investindo em soluções logísticas. A ampliação da armazenagem com a nova estrutura do centro de distribuição em Jandira (SP) proporcionou maior eficiência no envio das mercadorias, reduzindo prazos e custos operacionais. Tecnologias como palletização estocagem automatizada e sistemas digitais foram incorporadas, resultando em ganhos no controle dos processos, além de melhorar a organização e a agilidade nas remessas.

A preocupação com a logística vai além da verificação rigorosa dos fornecedores. A Pamplona investe continuamente no aprimoramento de sua malha logística integrada, que abrange todas as etapas - desde a produção até a entrega final dos produtos. O sistema OTM (*Order Transportation Management*) e o sistema de monitoramento de entregas desempenham um papel central nesse processo, permitindo o monitoramento em tempo real das operações, a otimização das rotas e a redução de prazos e custos logísticos. Além disso, a interligação entre a tecnologia e um atendimento ágil e personalizado garante rastreabilidade, segurança e eficiência em toda a cadeia logística, reafirmando nosso compromisso com a excelência no serviço prestado aos clientes.

ESG

• Atuação em sustentabilidade

A Pamplona atua em consonância com compromissos intergovernamentais internacionais, como os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, as normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e os padrões da *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS).

Tais compromissos, aprovados pela Administração, são aplicáveis a todas as atividades da Companhia e suas relações comerciais. O Conselho de Administração desempenha um papel fundamental na definição e atualização das estratégias de sustentabilidade. Além de estabelecer diretrizes, supervisiona sua implementação e aprova políticas e metas. Entre as ações concretas da Pamplona nesse compromisso, destacam-se: Gestão Sustentável de Recursos Naturais: Investimentos em tecnologias para redução do consumo de água e energia; Economia Circular: Implementação de um programa de compostagem de resíduos orgânicos; Bem-Estar Animal: Adoção de práticas alinhadas aos mais elevados padrões de bem-estar animal; Redução de Emissões de Carbono: Monitoramento e ampliação do inventário de emissões de GEE, buscando alternativas para mitigar o impacto ambiental das operações; Engajamento Social e Comunitário: Desenvolvimento de projetos de capacitação para colaboradores e produtores integrados, fortalecendo a economia local e promovendo práticas agrícolas sustentáveis.

• Bem-estar animal

O bem-estar animal é um pilar central da estratégia de sustentabilidade da Pamplona, presente em todas as etapas do processo produtivo. A Companhia adota uma política robusta de bem-estar animal, com compromissos públicos, apoiada por um comitê permanente responsável por integrar as diferentes áreas: granjas produtoras de suínos, transporte dos animais e indústria. Essa abordagem integrada promove a adoção de boas práticas de produção, impulsiona avanços e garante a aplicação plena da política de bem-estar animal.

Os avanços nesse campo são impulsionados por investimentos em infraestrutura, equipamentos, capacitação das equipes, tecnologias e sistemas de gestão ao longo da cadeia produtiva.

Para avaliar e aprimorar continuamente as ações, a Companhia implementou o Programa Bem-Estar Animal Pamplona, alinhado com a definição da Organização Mundial de Saúde Animal. Segundo a entidade, um animal sob responsabilidade humana deve estar saudável, confortável, bem alimentado, seguro, em condições de expressar suas formas inatas de comportamento, sem sofrimento, medo ou angústia. A Companhia adquire animais de fornecedores que compartilhem os mesmos princípios.

A Pamplona segue o conceito de bem-estar único, que busca harmonizar as pessoas, o meio ambiente e os animais para um crescimento sustentável. As equipes de fomento, logística e indústria são formadas por profissionais especializados que implementam e mantêm procedimentos para garantir as melhores práticas.

As estruturas físicas da Companhia são projetadas e mantidas para atender as necessidades fisiológicas e comportamentais dos suínos, favorecendo o manejo e a interação positiva entre humanos e animais.

O engajamento com *stakeholders* é outro ponto central. A Pamplona realiza treinamentos para conscientizar transportadores sobre o bem-estar animal durante o transporte e acompanha a modernização da frota de terceiros para assegurar condições adequadas. Não conformidades são tratadas por meio do comitê de bem-estar animal. No processo de abate, os colaboradores recebem capacitação específica, e as práticas são auditadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e por clientes externos.

• Meio ambiente

A política ambiental da Pamplona se sustenta em cinco pilares: gestão contínua, metas sustentáveis, conformidade legal, proteção ambiental e reaproveitamento de resíduos. Todas as iniciativas são monitoradas pelo Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, que estabelece padrões globais para o consumo de recursos, controle de resíduos e tratamento de efluentes.

São realizadas auditorias periódicas para avaliar a eficácia das práticas adotadas, enquanto treinamentos garantem o engajamento da equipe. O Índice de Desenvolvimento Ambiental (IDA) mede o impacto das operações, analisando indicadores como consumo de água e energia, emissões de gases e geração de resíduos. Com base nesses dados, a Companhia define metas anuais e prioriza investimentos em eficiência e inovação.

A água é um recurso essencial para as operações industriais e agropecuárias da Pamplona. A Companhia adota sistemas avançados para monitoramento e otimização do consumo, reduzindo desperdícios e garantindo o reaproveitamento para funções secundárias. A captação é feita de forma sustentável, a partir de corpos d'água naturais e redes públicas.

Na gestão de resíduos, a Companhia investe em soluções como a Unidade de Compostagem Lauro Pamplona, que transforma sobras de frigoríficos e materiais das granjas em fertilizantes para a agricultura. Além de reduzir a quantidade de resíduos destinados a aterros, essa prática fortalece a economia circular. Em suas plantas industriais, novos equipamentos aumentaram a eficiência na separação e reciclagem de materiais. No gerenciamento de resíduos perigosos, como embalagens de medicamentos e seringas, a Pamplona mantém parcerias com fornecedores especializados, assegurando a destinação adequada conforme a legislação ambiental.

A Companhia também adota medidas para mitigar as mudanças climáticas. Em 2024, ampliou o inventário de emissões de gases de efeito estufa, incluindo todas as unidades operacionais, e iniciou estudos para o uso de biodigestores na conversão de resíduos orgânicos em biogás. O fornecimento de energia renovável ganhou prioridade, com contratos para o suprimento via fontes limpas e planos para a instalação de painéis solares.

• Governança corporativa

A governança corporativa da Pamplona é estruturada de modo a promover um ambiente de controle e transparência, indispensável para fortalecer a confiança dos *stakeholders*. A Companhia possui um Conselho de Administração, composto por sete membros, dos quais três são independentes. Já a Diretoria Executiva é composta por uma presidente, um vice e seis diretores. Além disso, a Companhia dispõe de comitês que assessoram conselheiros e diretores, organizados da seguinte forma: Comitê de Crédito, Comitê Tributário, Comitê de Processos, Sistemas e Tecnologia, Comitê de Ética, Comitê de Inovação e Novos Negócios, Comitê de PCP, Comitê de P&D, Comitê de Gestão de Pessoas, Comitê de Cargos e Salários e Comitê de Bem-Estar Animal.

A Administração e seus colaboradores se baseiam em fortes princípios éticos. A Companhia possui um Código de Ética e um Canal de Ética. O Comitê de Ética é formado por membros do Conselho, da Diretoria e de algumas gerências estratégicas. Esse colegiado, avalia, investiga e delibera sobre as denúncias recebidas pelo Canal de Ética.

• Gestão de riscos

A gestão de riscos corporativos é uma das bases para a governança responsável e eficiente da Pamplona. A matriz de riscos em vigor, concluída em 2023, classifica e prioriza vulnerabilidades em áreas estratégicas, com cada diretoria responsável pela mitigação dentro de sua alçada. Essa abordagem integrada trouxe avanços em 2024, como novos sistemas de segurança da informação, prevenindo incidentes cibernéticos, e o fortalecimento da análise de riscos regulatórios, garantindo a conformidade legal.

A mitigação dos riscos segue um modelo estruturado, com a criação de planos de ação e análises periódicas pela diretoria para identificar e corrigir pontos críticos. Riscos mais complexos são levados ao Conselho de Administração, que orienta as estratégias conforme necessário.

• Cuidado com os colaboradores e ética

A gestão de pessoas da Pamplona coloca o capital humano no centro de sua estratégia organizacional. O objetivo é desenvolver um ambiente profissional que promova o crescimento contínuo, respeite a diversidade e proporcione segurança e bem-estar aos mais de 3,5 mil colaboradores.

A Companhia estimula o engajamento, incentiva o desenvolvimento individual e fomenta uma cultura corporativa voltada à inovação e à eficiência. Além disso, realiza pesquisas de clima organizacional para direcionar ações estratégicas que aprimorem o ambiente de trabalho e atendam às necessidades dos colaboradores.

A Pamplona valoriza a diversidade e inclusão, refletindo esses princípios em seu Código de Ética, que estabelece diretrizes claras contra qualquer forma de discriminação. Para consolidar essa postura, a Companhia investe em treinamentos sobre assédio e equidade. A qualificação profissional também recebe atenção especial. Além dos programas de capacitação para líderes, *workshops* técnicos e cursos específicos aprimoram as habilidades dos colaboradores e ampliam suas competências.

O programa Bem Gestar, voltado para gestantes, oferece suporte completo, desde acompanhamento médico até *kits* de produtos para recém-nascidos, garantindo um ambiente mais inclusivo e favorável ao retorno das mães ao trabalho após a licença-maternidade.

• Saúde e segurança

A Pamplona mantém um sistema de gestão de saúde e segurança alinhado às normas trabalhistas, às regulamentações do setor e a rigorosos procedimentos internos. A estrutura abrange todas as

unidades e colaboradores, garantindo um ambiente seguro e protegido.

A Companhia adota uma abordagem preventiva para minimizar riscos e fortalecer a cultura de segurança. Entre as principais iniciativas, destacam-se o Pamplona Acidente Zero (PAZ), o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Controle Auditivo (PCA). Essas ações monitoram as condições de trabalho, previnem doenças ocupacionais e garantem a integridade dos colaboradores.

Desempenho da Pamplona Alimentos S.A.

O desempenho da Pamplona em 2024 foi impulsionado pela expansão das exportações, redução de custos e investimentos em inovação. Tais fatores, reforçados pela ampliação do portfólio e melhorias tecnológicas, alavancaram os resultados da Companhia nos mercados interno e externo.

O EBITDA subiu para R\$ 187 milhões, um crescimento de 352,38% em relação ao ano anterior. A alta refletiu diretamente na margem de lucro, que passou de 2,14% para 8,84%. A queda nos preços das *commodities* e o aprimoramento das granjas integradas possibilitaram uma redução nos custos de produção de suínos próprios, fortalecendo ainda mais a competitividade da Companhia. Além desses fatores, os resultados também refletem o posicionamento estratégico da Gestão, com foco na otimização dos processos industriais e na valorização da participação das pessoas no processo produtivo.

O Programa de Participação nos Resultados (PPR) incentivou o engajamento das equipes, contribuindo para o aumento da eficiência operacional. O acompanhamento rigoroso dos indicadores produtivos, aliado a iniciativas para a conversão eficiente de insumos, melhor aproveitamento da matéria-prima e gestão de desperdícios, resultou em ganhos significativos. Essas ações foram determinantes para a ampliação da margem de lucro e para a consolidação da competitividade da Companhia no mercado.

A comercialização de carne suína atingiu 94.760 toneladas, 12,29% acima do total de 2023. No mercado nacional, a Pamplona adotou uma estratégia de reposicionamento de preços e evolução do mix de produtos. O lançamento de itens *premium*, como pizzas artesanais *gourmet* e novas versões de linguças frescas e defumadas, atendeu à crescente demanda dos consumidores por conveniência e qualidade.

A atuação no mercado interno foi reforçada por ações voltadas à maximização da rentabilidade e ao fortalecimento da marca nos canais de distribuição. No varejo, a Companhia adotou uma estratégia de manutenção da participação, priorizando produtos de maior valor agregado e consolidando sua presença em categorias estratégicas. Além disso, itens que se consolidaram ao longo do ano, como suíno a passarinho, copa lombo temperada e salame, foram incorporados ao portfólio fixo, ampliando a oferta de produtos e fortalecendo o posicionamento da marca.

No *food service*, a chegada de novas redes de lanchonetes e restaurantes à carteira de clientes elevou as vendas em 17%. Embora represente 7% do faturamento, o segmento se credencia como um dos mais promissores para o futuro.

No mercado externo, a Pamplona aumentou o faturamento (ROB) em 25,95%, expandindo sua presença internacional. O destaque foi a ampliação da base de compradores no mercado asiático em relação ao ano anterior. Além disso, a América do Norte, que recentemente abriu seu mercado para a carne suína brasileira, passou a figurar entre os principais destinos. A estratégia de diversificação geográfica ampliou as oportunidades de negócios, fortalecendo a presença global da Companhia e impulsionando sua competitividade no mercado internacional.

A China manteve um volume expressivo de compras da Companhia, com alta demanda por cortes *in natura* e miúdos suínos. Por outro lado, o Chile consolidou-se como um cliente de produtos de maior valor agregado, evidenciando a capacidade da Pamplona em atender a diferentes perfis de consumidores e atender às exigências regulatórias.

Por fim, mesmo diante de um cenário macroeconômico adverso, com consumo retraído e taxas de juros elevadas, seguimos confiantes e resilientes, consolidando nosso posicionamento como uma das principais empresas de abate e comercialização de carne suína do país.

Perspectivas de negócios para 2025

Os resultados obtidos pela Pamplona em 2024 refletem a evolução de sua eficiência operacional e consolidam uma base sólida para o crescimento futuro. Para 2025, a Companhia mantém o compromisso com a expansão da produção, fortalecimento da marca, ampliação de sua presença no mercado e aperfeiçoamento da estrutura de capital.

A estratégia de crescimento está apoiada na diversificação do portfólio, investimentos em marketing e otimização da capacidade produtiva, além da valorização de produtos de maior valor agregado. A busca por novos mercados e a consolidação dos já existentes reforçam a competitividade da Companhia.

O cenário para 2025 é promissor, impulsionado por ganhos de eficiência e rentabilidade, além de investimentos contínuos em inovação e expansão. Esses fatores fortalecem a confiança na manutenção de um desempenho positivo ao longo do ano.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os nossos *stakeholders* por caminharem ao nosso lado nos resultados conquistados em 2024. O comprometimento de todos, especialmente dos colaboradores, foi determinante para cumprirmos nossa missão de oferecer alimentos práticos, saudáveis e seguros. Seguimos motivados para enfrentar os desafios que se anunciam em 2025 com disposição redobrada, confiantes que estamos no rumo correto para continuarmos sempre crescendo em conjunto.

A Administração

Rio do Sul, 18 de março de 2025.

pamplona.com.br

Pamplona

PARANÁ

Saudável

RioSul

continua →

Pamplona

PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Que tal
uma
Costelinha
Temperada?

* continuação

Balanco patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

| Ativo | | | Passivo e patrimônio líquido | | | | |
|--|------|------------------|------------------------------|--|------|------------------|------------------|
| Nota | 2024 | 2023 | Nota | 2024 | 2023 | | |
| Circulante | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 40.686 | 55.512 | Fornecedores | 13 | 209.117 | 191.361 |
| Contas a receber | 7 | 307.058 | 246.556 | Salários e encargos sociais | 14 | 39.726 | 36.610 |
| Estoques | 8 | 141.929 | 149.475 | Tributos a pagar | | 9.658 | 14.278 |
| Ativos biológicos | 9 | 206.030 | 200.575 | Comissões a pagar | | 4.368 | 3.614 |
| Tributos a recuperar | 10 | 69.726 | 60.760 | Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | 18 | 31.385 | 20.995 |
| Outros ativos | | 12.527 | 8.918 | Empréstimos e financiamentos | 15 | 149.563 | 144.772 |
| | | 777.956 | 721.796 | Passivos de arrendamento | 12 | 5.949 | 5.379 |
| Não circulante | | | | | | | |
| Depósitos judiciais | 17 | 2.193 | 1.952 | Adiantamento de clientes | | 4.349 | 8.756 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 16 | 148.047 | 145.435 | Outros passivos | | 13.089 | 18.354 |
| Tributos a recuperar | 10 | 12.286 | 11.838 | | | 467.204 | 444.119 |
| Ativos biológicos | 9 | 32.578 | 33.057 | Não circulante | | | |
| Outros ativos | | 170 | 150 | Empréstimos e financiamentos | 15 | 228.745 | 257.360 |
| | | 195.274 | 192.432 | Provisão para contingências | 17 | 44.480 | 44.193 |
| Propriedades para investimento | | 8.592 | 8.563 | Passivos de arrendamento | 12 | 13.978 | 18.407 |
| Intangível | | 5.942 | 4.196 | Outros passivos | | 113 | 19 |
| Ativos de direito de uso | 12 | 19.667 | 23.496 | | | 287.316 | 319.979 |
| Imobilizado | 11 | 433.753 | 432.492 | Total do passivo | | 754.520 | 764.098 |
| | | 467.954 | 468.747 | Patrimônio líquido | | | |
| | | 663.228 | 661.179 | Capital social | 18 | 236.761 | 236.761 |
| | | 1.441.184 | 1.382.975 | Reservas de lucro | 18 | 387.291 | 317.855 |
| | | | | Ajuste avaliação patrimonial | 18 | 62.612 | 64.261 |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 686.664 | 618.877 |
| | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | | 1.441.184 | 1.382.975 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

| | Reservas de lucros | | | | | Resultado acumulado | Total |
|--|--------------------|---------------|-------------------|-------------------------------|---------------------------------|---------------------|----------------|
| | Capital social | Reserva legal | Reserva de lucros | Reserva de incentivos fiscais | Ajuste de avaliação patrimonial | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 215.800 | 18.580 | 151.529 | 169.707 | 65.909 | - | 621.525 |
| Integralização de capital | 20.961 | - | - | - | - | (2.497) | 20.961 |
| Realização do custo atribuído | - | - | - | - | - | (2.497) | - |
| Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído | - | - | - | - | 849 | (849) | - |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | 1.091 | 1.091 | 1.091 |
| Juros sobre capital social creditado aos acionistas | - | - | (24.700) | - | - | - | (24.700) |
| Constituição de incentivos fiscais | - | - | - | 2.685 | - | (2.685) | - |
| Constituição de reserva | - | 54 | - | - | - | (54) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 236.761 | 18.634 | 126.829 | 172.392 | 64.261 | - | 618.877 |
| Realização do custo atribuído | - | - | - | - | (2.498) | 2.498 | - |
| Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído | - | - | - | - | 849 | (849) | - |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | 85.887 | 85.887 | 85.887 |
| Juros sobre capital social creditado aos acionistas | - | - | (18.100) | - | - | - | (18.100) |
| Constituição de incentivos fiscais | - | - | - | 83.241 | - | (83.241) | - |
| Constituição de reserva | - | 4.295 | - | - | - | (4.295) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 236.761 | 22.929 | 108.729 | 255.633 | 62.612 | - | 686.664 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pamplona Alimentos S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rodovia BR 470 - Km 150, nº 13.891, Bairro Pamplona, Rio do Sul - SC, Brasil. Fundada em 1948, a Companhia possui mais de sete décadas de experiência no setor agroindustrial, destacando-se pela especialização no abate e processamento de carne suína e produção de alimentos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem as normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de março de 2025. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2.1. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: No mercado principal para o ativo ou passivo; e na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** **Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (a Companhia como arrendatária):** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, conjunta-

mente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benefícios ou customizações significativas no ativo arrendado). **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:** A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes, outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | 2024 | 2023 |
|--|------|-----------------|-----------------|
| Receita líquida | 19 | 2.110.786 | 1.925.983 |
| Custo das vendas | 20 | (1.711.983) | (1.711.652) |
| Lucro bruto | | 398.803 | 214.331 |
| Despesas com vendas | 20 | (224.785) | (186.014) |
| Despesas gerais e administrativas | 20 | (33.144) | (29.643) |
| Outras receitas operacionais | 21 | 5.346 | 2.139 |
| Lucro operacional | | 146.220 | 813 |
| Receitas financeiras | 22 | 36.208 | 32.161 |
| Despesas financeiras | 22 | (97.936) | (89.798) |
| Despesas financeiras líquidas | | (61.728) | (57.637) |
| Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | | 84.492 | (56.824) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 16 | 2.612 | 57.915 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 16 | (1.217) | - |
| Lucro líquido do exercício | | 85.887 | 1.091 |
| Lucro básico por ação do capital social (em Reais) | | 221,87 | 2,87 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

| | 2024 | 2023 |
|---|---------------|--------------|
| Lucro líquido do exercício | 85.887 | 1.091 |
| Outros componentes do resultado abrangente | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | 85.887 | 1.091 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

| | 2024 | 2023 |
|---|------------------|------------------|
| Receitas | | |
| Vendas de produtos e mercadorias | 2.318.268 | 2.138.396 |
| Outras receitas | 3.301 | 2.683 |
| Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa | 4 | 142 |
| Total | 2.321.573 | 2.141.221 |
| Insunhos adquiridos de terceiros | | |
| Custo dos produtos vendidos, das mercadorias | (1.455.912) | (1.495.454) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (244.857) | (174.613) |
| Valor adicionado bruto | 620.804 | 471.154 |
| Depreciação e amortização | (40.397) | (40.439) |
| Valor adicionado líquido produzido | 580.407 | 430.715 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | |
| Receitas financeiras | 36.208 | 32.161 |
| Outros | 19 | 9 |
| Valor adicionado total a distribuir | 616.634 | 462.885 |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal - remuneração direta | 180.641 | 167.485 |
| Pessoal - benefício | 29.454 | 27.968 |
| Impostos, taxas e contribuições | | |
| Federais | 73.157 | 31.278 |
| Estaduais | 147.679 | 144.852 |
| Municipais | 291 | 295 |
| Juros | 99.525 | 89.916 |
| Juros sobre capital próprio e dividendos | 18.100 | 24.700 |
| Lucros retidos (Prejuízo) | 67.787 | (23.609) |
| Valor adicionado distribuído | 616.634 | 462.885 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

perdas incorridas, porém ainda não identificadas. **Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os *inputs* considerados nestes modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que estes *inputs* não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a estes fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. **Arrendamentos - estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta, a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia: • sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; e • usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros. **Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributárias:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

| | Nota | 2024 | 2023 |
|---|------|-----------------|-----------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | | 84.492 | (56.824) |
| Ajustes de Depreciação e amortização | | 40.397 | 40.439 |
| Resultado na venda de ativos imobilizados | | 157 | 482 |
| Provisão para contingências | | 287 | 934 |
| Reversão e provisão realização dos estoques | | (341) | 1.538 |
| Valor justo de ativo biológico florestas | | - | 48 |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | 15 | 64.099 | 48.467 |
| Arrendamento mercantil | 12 | - | (209) |
| Reversão da provisão de créditos de liquidação duvidosa | 7 | (4) | (141) |
| Variações nos ativos e passivos | | | |
| Contas a receber | | (60.498) | (1.271) |
| Estoques | | 7.887 | 12.886 |
| Ativo biológico | | (6.885) | 29.532 |
| Tributos a recuperar | | (9.414) | 5.909 |
| Depósitos judiciais | | (241) | (23) |
| Outros ativos | | (3.629) | 759 |
| Fornecedores | | 17.756 | (38.259) |
| Salários e encargos sociais | | 3.116 | 6.929 |
| Tributos a pagar | | (7.335) | 1.356 |
| Adiantamento de clientes | | (4.407) | 4.064 |
| Outros passivos | | (4.417) | 5.343 |
| Caixa gerado nas operações | | 121.020 | 61.959 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (1.217) | - |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | 119.803 | 61.959 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Aquisições de bens do ativo imobilizado | 11 | (33.239) | (30.874) |
| Aquisições de ativo intangível | | (2.436) | (1.023) |
| Aquisições de propriedades para investimentos | | (29) | (14) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | | (35.704) | (31.911) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Juros sobre capital próprio pagos | | (4.995) | - |
| Juros pagos de arrendamento mercantil | 12 | (1.368) | (1.702) |
| Pagamento de arrendamento mercantil | 12 | (4.639) | (6.335) |
| Juros de empréstimos pagos | 15 | (53.242) | (52.298) |
| Pagamento de empréstimos | 15 | (181.886) | (162.035) |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 15 | 147.205 | 201.609 |
| Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento | | (98.925) | (20.761) |
| (Redução) aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | (14.826) | 9.287 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 40.686 | 55.512 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1 Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia, o Real (BRL), utilizando as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento divulgada pelo Banco Central do Brasil na data-base das demonstrações financeiras. As variações cambiais resultantes dessas conversões são reconhecidas na demonstração do resultado, de acordo com a natureza dos itens envolvidos. **3.2 Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **3.2.1 Ativos financeiros:** **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal" sobre o valor de principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de

Pamplona

PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Que tal
uma
Costelinha
Temperada?

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nanceiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes, são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e, também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamentação ou convenção no mercado (negociações regulares), são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados (instrumentos de dívida):** Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados é reclassificada para resultado. Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados compreendem investimentos em instrumentos de dívida cotados incluídos em outros ativos financeiros. **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, e adiantamentos a filiadas, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes. **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados (instrumentos patrimoniais):** No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: **Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;** ou **a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.** **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia a necessidade da provisão de perdas com créditos esperadas através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre os recebíveis. A Companhia avalia também a necessidade de provisão para os recebíveis a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento, o incremento de novos clientes e a situação de atrasos na carteira de contas a receber. **3.2.2 Passivos financeiros não derivativos: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias, a mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos):** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obri-

gação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **3.2.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.4 Ativos imobilizados: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção. Os bens ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos seus valores justos na data de adoção das novas práticas contábeis, em 01/01/2009, passaram a ter seu valor justo como custo atribuído. Os custos são deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, essas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas pela Companhia para os Ativos Imobilizados são:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|---|--------------|--------------|
| Edificações | 25 - 30 anos | 25 - 30 anos |
| Instalações | 10 - 30 anos | 10 - 30 anos |
| Máquinas e Equipamentos | 2 - 40 anos | 2 - 40 anos |
| Móveis e Utensílios | 10 anos | 10 anos |
| Equipamentos de Processamentos de Dados | 3 - 10 anos | 3 - 10 anos |
| Veículos | 5 anos | 5 anos |
| Outros | 5 anos | 5 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.5 Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. **Amortização:** Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente baseados nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas pela Companhia para os Ativos Intangíveis são:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|------------------------------------|---------|---------|
| Programas de Computador - Software | 10 anos | 10 anos |

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, pelo menos, anualmente. **3.6 Ativos biológicos:** Os ativos biológicos compreendem principalmente suínos e reforesamento. Os suínos vivos, compreendem matrizes de reprodução e suínos destinados ao abate, e foram valorizados pelo custo médio de aquisição e/ou produção. Onde o valor apurado pelo método de custeio por absorção não apresentou variações significativas quando comparadas com o seu valor justo (Fluxo de caixa descontado), sendo aplicada a técnica de projeções dos custos aos animais vivos e das vendas destes produtos nos próximos meses. As florestas em formação estão mensuradas ao valor justo. **3.7 Provisões: Provisões gerais:** O valor reconhecido como provisão corresponde à estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação. A Companhia reconhece a provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio de contrato. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** As operações de compras e vendas a prazo, prefixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base de 1,12% a.m. (1,10% a.m. em 2023). Tal índice representa a taxa média de captação da Compa-

nia. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 33 dias (32 dias em 2023), enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 41 dias (38 dias em 2023). O ajuste a valor presente de compras é registrado na conta de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. **3.9 Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **A Companhia como arrendatária:** A Companhia aplica a única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de três a dez anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contém cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento). **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento a seus contratos de arrendamentos, cujo prazo seja juro ou inferior a 12 meses, independentemente do objeto do contrato. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de arrendamentos considerados de baixo valor, limitados a 3 mil reais mensais. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como custo ou despesa de aluguel pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.10 Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo. **3.11 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo custo. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: **Matérias-primas - custo de aquisição** segundo o custo médio; e **Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra, e custos gerais indiretos de fabricação** com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos. Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, produção e formação, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. **3.12 Propriedades para investimentos:** A Companhia possui ativos classificados como propriedades para investimentos, compostos substancialmente por dois apartamentos, localizados em Rio do Sul (SC) e Itapema (SC). Em 31 de dezembro de 2024, o saldo contábil das propriedades para investimento é de R\$ 8.592 (R\$ 8.563 em 2023), reconhecido pelo valor justo. No exercício de 2024, a Companhia realizou uma avaliação conduzida por empresa especializada, a qual não identificou variações materiais que justificassem o reconhecimento de ajustes ao resultado. **3.13 Risco sacado de fornecedores:** A Companhia mantém práticas de gestão financeira que buscam fortalecer o relacionamento com seus fornecedores. A partir de novembro de 2024, a Companhia adotou um programa de antecipação de recebíveis para fornecedores ("risco sacado"), no qual os fornecedores passaram a ter a opção de ceder seus direitos creditórios a instituições financeiras, mediante negociação direta entre as partes. Neste âmbito, a Companhia mantém a obrigação de pagamento integral aos fornecedores na data de vencimento originalmente pactuada, sem qualquer antecipação de pagamento ou alteração dos prazos acordados. O relacionamento financeiro entre os fornecedores e as instituições financeiras ocorre de forma independente, sem a participação da Companhia em negociações, sem assunção de riscos de crédito e sem fornecimento de

garantias. Dessa forma, as obrigações junto aos fornecedores continuam sendo reconhecidas como contas a pagar até a sua liquidação no vencimento. Caso haja qualquer modificação nos termos contratuais originalmente estabelecidos, como extensão de prazos com encargos financeiros adicionais suportados pela Companhia, essas obrigações poderão ser reclassificadas para empréstimos e financiamentos, conforme as diretrizes contábeis aplicáveis. A Companhia avalia continuamente os efeitos em sua estrutura financeira e segue as diretrizes normativas para garantir a adequada classificação, apresentação e divulgação das informações nas demonstrações financeiras. **3.14 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **3.15 Benefícios a colaboradores: Benefícios de curto prazo a colaboradores:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.16 Receita de contrato com cliente:** A receita de contrato com cliente gerada pela venda de produtos, no curso normal das atividades, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Tal receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes ao controle dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor desta receita possa ser mensurada de maneira confiável. **Abatimentos por volume:** A Companhia retorna aos clientes com contrato de fornecimento firmado comercialmente, um percentual acordado com base em compras realizadas em determinado período, sob a forma de pagamento mensal e/ou abatimento nos créditos a receber. A Companhia apura mensalmente cada contrato de cada cliente sempre tendo como base o valor de faturamento realizado e aplica o percentual de contrato definido a cada cliente tendo um valor variável de acordo com esse faturamento, gerando uma contraprestação. **3.17 Tributos sobre as vendas:** Os tributos sobre as vendas são reconhecidos no resultado como dedução das mesmas e correspondem as obrigações principais que Companhia possui junto aos entes federativos. Incidem sobre as vendas de produtos e mercadorias o ICMS, PIS, COFINS e CPRB, sendo cada qual com suas respectivas alíquotas. **3.18 Tributos indiretos:** As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas: **Programa de Integração Social (PIS):** 1,65%; **Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** 7,6%; **Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - % aplicados de acordo com a legislação tributária (4%, 12%, 17%, 18%, 19,5%, 20% e 20,5%);** **Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB):** 1,00%. Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: **Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;** **Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas;** e **Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.** **3.19 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, principalmente, rendimentos auferidos sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **3.20 Incentivos fiscais e subvenções para investimentos:** As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência e transferidos para reservas de incentivos fiscais ou subvenção para investimentos no final do exercício, conforme sua natureza. **3.21 Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 base anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando

Pamplona

PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Que tal uma Costelinha Temperada?

* continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excederem o total devido na data do relatório. **3.22 Imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **3.23 Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando os valores são propostos e aprovados. **3.24 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As seguintes normas aplicadas pela primeira vez em 2024 não tiveram impacto significativo na preparação das demonstrações financeiras da Companhia. (i) Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS. **3.25 Novos pronunciamentos que ainda não estão em vigor:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Não se tem expectativa de que as novas normas gerem alterações relevantes no contexto da Companhia. (i) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras; (ii) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; (iii) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; (iv) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Diretoria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **(a) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito aos títulos e valores mobiliários e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. **(b) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de gestão da Companhia. **i. Contas a receber de clientes e outros créditos:** A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação às contas a receber de clientes, outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. **ii. Investimentos:** A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. O valor contábil dos principais ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito e está demonstrado a seguir:

praz, bem como parte da receita de vendas em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro, a Companhia possuía passivos e ativos denominados em moeda estrangeira. A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através da composição entre empréstimos, adiantamentos de clientes, fornecedores, caixa e bancos - moeda estrangeira, contas a receber, adiantamento de fornecedores, contratos de travas cambiais como *hedge* natural das exportações. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a exposição cambial estava assim representada:

| | 2024 | | 2023 | |
|---------------------------------------|--------------------------|------------|--------------------------|--------------|
| | Moeda estrangeira (US\$) | R\$ | Moeda estrangeira (US\$) | R\$ |
| Ativo | | | | |
| Caixa e bancos - moeda estrangeira | 1.396 | 8.645 | 1.869 | 9.048 |
| Contas a receber | 29.229 | 180.979 | 28.138 | 136.206 |
| Adiantamento a fornecedores | 16 | 97 | 23 | 111 |
| <i>Non Deliverable Forwards</i> - NDF | - | - | 1.869 | 9.045 |
| Passivo | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | (8.758) | (54.229) | (7.400) | (35.823) |
| Fornecedores | (850) | (5.261) | (1.723) | (8.342) |
| Adiantamentos de clientes | (295) | (1.824) | (1.372) | (6.643) |
| Contratos de trava de câmbio | (20.644) | (127.821) | (18.700) | (90.521) |
| <i>Non Deliverable Forwards</i> - NDF | - | - | (1.869) | (9.045) |
| Exposição líquida | 94 | 586 | 835 | 4.036 |

A Administração considera a exposição cambial líquida adequada ao perfil das suas operações. **4.2 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de lucros. Concomitante com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. **4.3. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade para os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em aberto de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos da Companhia são avaliadas e consideradas com baixo risco de volatilidade.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As estimativas e premissas que apresentem um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir: - Ativos biológicos (Nota 9); - Provisão para contingências (Nota 17).

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 2024 | 2023 |
|---|---------------|---------------|
| Caixa | 111 | 189 |
| Bancos | 14.213 | 5.747 |
| Caixa e bancos - moeda estrangeira | 8.645 | 9.048 |
| Aplicações financeiras - Renda fixa - CDB | 17.717 | 40.528 |
| | 40.686 | 55.512 |

As aplicações financeiras estão depositadas em certificado de depósito bancário (CDB) com rendimentos entre 96% a 104,5% da variação do CDI (2023 possuía depósito bancário (CDB) com rendimentos entre 96% a 101% da variação do CDI), sendo prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Caixa e bancos em moeda estrangeira referem-se as cambiais de exportações já pagas pelos clientes, cujas ordens de pagamento em moeda estrangeira ainda não foram convertidas para reais. A Companhia mantém estas aplicações em instituições financeiras renomadas e, em 31 de dezembro de 2024, não identificou nenhuma perda de valor recuperável (*impairment*).

7. CONTAS A RECEBER

| | 2024 | 2023 |
|---|----------------|----------------|
| No país | 130.903 | 110.144 |
| No exterior | 177.022 | 137.283 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (867) | (871) |
| | 307.058 | 246.556 |

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui recebíveis (duplicatas) em garantia para financiamentos no montante de R\$ 15.564. A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

| | 2024 | 2023 |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| A vencer | 277.612 | 224.696 |
| Vencidos até 30 dias | 27.692 | 21.709 |
| Vencidos de 31 a 60 dias | 889 | 435 |
| Vencidos de 61 a 90 dias | 596 | 75 |
| Vencidos de 91 a 180 dias | 709 | 219 |
| Vencidos a mais de 180 dias | 427 | 293 |
| | 307.925 | 247.427 |

(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

| | 2024 | 2023 |
|--|----------------|----------------|
| | (867) | (871) |
| | 307.058 | 246.556 |

A Companhia realiza análise qualitativa dos principais clientes e quantitativa da carteira de títulos a receber para determinar a estimativa para perdas em recebíveis, que apresentou a seguinte

movimentação:

| | 2024 | 2023 |
|---|--------------|--------------|
| Em 1º de janeiro | (871) | (1.012) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (535) | (460) |
| (-) Valores revertidos da provisão | 539 | 601 |
| Em 31 de dezembro | (867) | (871) |

8. ESTOQUES

| | 2024 | 2023 |
|---|----------------|----------------|
| Produtos acabados | 78.170 | 95.295 |
| Produtos em elaboração | 6.290 | 9.681 |
| Matérias-primas | 40.841 | 28.852 |
| Materiais secundários | 11.968 | 12.345 |
| Almoxarifado | 6.625 | 5.044 |
| Mercadorias para revenda | 118 | - |
| (-) Provisão para ajuste ao valor líquido | (2.083) | (1.742) |
| | 141.929 | 149.475 |

Os estoques encontram-se livres e desembaraçados de qualquer ônus ou gravames. A provisão sobre os estoques é constituída quando: i) o valor líquido de realização dos estoques é menor que o seu custo; e/ou ii) após avaliação técnica; e/ou iii) após a consideração de valor líquido de realização ao menor custo, é movimentada a provisão/reversão ocorrida do menor custo ou mercado. Movimentação da provisão para estoques:

| | 2024 | 2023 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Em 1º de janeiro | (1.742) | (3.280) |
| Constituição de provisão no exercício | (341) | - |
| Realização de provisão no exercício | - | 1.538 |
| Em 31 de dezembro | (2.083) | (1.742) |

9. ATIVOS BIOLÓGICOS

Os suínos e bovinos vivos foram valorizados pelo custo médio de aquisição e/ou produção (custeio por absorção), uma vez que a Administração considerou irrelevante a diferença entre os valores reconhecidos e seus respectivos valores justos. As florestas foram avaliadas ao valor justo em 2024, porém, como o ajuste apurado foi imaterial, não houve o reconhecimento no resultado.

| | 2024 | 2023 |
|--|----------------|----------------|
| Suínos vivos | 244.204 | 237.082 |
| (-) Amortização de suínos | (7.515) | (5.606) |
| Bovinos vivos | 630 | 867 |
| Florestas | 28 | 28 |
| Ajuste do valor justo do ativo biológico florestas | 1.261 | 1.261 |
| | 238.608 | 233.632 |

O aumento do valor do ativo biológico de 2023 para 2024 deve-se, principalmente, ao crescimento do plantel de animais no campo. Em 2024, o plantel total de suínos atingiu 567.343 cabeças, ante 555.358 em 2023. Já o plantel de bovinos foi de 223 cabeças, em comparação com 225 no ano anterior. Os ativos biológicos classificados no ativo não circulante incluem as matrizes, cuja expectativa de descarte supera 12 meses, e os reflorestamentos. A movimentação dos ativos biológicos é conforme segue:

11. IMOBILIZADO

| | Terrenos | Edificações | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Instalações | Veículos | Equipamentos de informática | Obras em andamento e adiantamentos | Total |
|---------------------------------|----------|-------------|-------------------------|---------------------|-------------|----------|-----------------------------|------------------------------------|---------|
| Movimentação custo | | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2022 | 107.938 | 155.675 | 215.089 | 4.430 | 55.969 | 345 | 9.684 | 68.730 | 617.860 |
| Adições | 3.118 | 260 | 14.429 | 165 | 188 | - | 419 | 12.295 | 30.874 |
| Transferência | - | 27.678 | 30.318 | 7 | 8.859 | - | - | (66.862) | - |
| Baixas | - | (66) | (2.060) | (100) | (16) | - | (884) | - | (3.126) |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 111.056 | 183.547 | 257.776 | 4.502 | 65.000 | 345 | 9.219 | 14.163 | 645.608 |
| Adições | 414 | 45 | 5.914 | 101 | 41 | 331 | 585 | 25.808 | 33.239 |
| Transferência | - | 5.056 | 5.844 | - | 6.786 | - | - | (17.686) | - |
| Baixas | - | - | (1.637) | (159) | (4) | (208) | (76) | 1 | (2.083) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 111.470 | 188.648 | 267.897 | 4.444 | 71.823 | 468 | 9.728 | 22.286 | 676.764 |
| Movimentação depreciação | | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2022 | - | 61.686 | 93.567 | 2.875 | 22.025 | 192 | 5.959 | - | 186.304 |
| Depreciação do exercício | - | 6.573 | 16.771 | 287 | 4.579 | 27 | 1.170 | - | 29.407 |
| Baixa | - | (18) | (1.626) | (88) | (6) | - | (857) | - | (2.595) |
| Em 31 de dezembro de 2023 | - | 68.241 | 108.712 | 3.074 | 26.598 | 219 | 6.272 | - | 213.116 |
| Depreciação do exercício | - | 7.377 | 18.213 | 281 | 4.716 | 28 | 1.152 | - | 31.767 |
| Baixa | - | - | (1.521) | (158) | (3) | (115) | (75) | - | (1.872) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | - | 75.618 | 125.404 | 3.197 | 31.311 | 132 | 7.349 | - | 243.011 |
| Saldo do imobilizado | | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 111.056 | 115.306 | 149.064 | 1.428 | 38.402 | 126 | 2.947 | 14.163 | 432.492 |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 111.470 | 113.030 | 142.493 | 1.247 | 40.512 | 336 | 2.379 | 22.286 | 433.753 |
| Taxa de depreciação | | 3,3% a 4% | 2,5% a 5% | | 10% a 10% | 20% | 20% | | |

As obras em andamento e adiantamentos referem-se, na sua maioria, investimentos fabris nas unidades de Presidente Getúlio e de Rio do Sul. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía o montante de R\$ 221.232 (R\$ 226.944 em 2023) em bens do seu ativo imobilizado, principalmente, terrenos, edificações, instalações, máquinas e equipamentos, dados em garantias de empréstimos e financiamentos.

12. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

A Companhia aluga centros de distribuição, máquinas e equipamentos, sendo os prazos de 1 a 10 anos, com opções de renovação.

(a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

| | 2024 | 2023 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| Ativos de direito de uso | 19.667 | 23.496 |
| Imóveis operacionais | 19.667 | 23.496 |
| Passivos de arrendamento | | |
| Circulante | 5.949 | 5.379 |
| Não circulante | 13.978 | 18.407 |
| | 19.927 | 23.786 |
| Impacto no resultado do exercício | 260 | 290 |

A Companhia estimou a taxa de desconto de 12,36% a.a. a 14,16% a.a., com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram

| | Suínos vivos | Bovinos vivos | Florestas | Total |
|---|----------------|---------------|--------------|----------------|
| Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 | 263.056 | 883 | 1.335 | 265.274 |
| Adições | 1.256.201 | 559 | - | 1.256.760 |
| Baixas para produção | (1.287.781) | (575) | (46) | (1.288.402) |
| Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 | 231.476 | 867 | 1.289 | 233.632 |
| Adições | 1.242.754 | 42 | - | 1.242.796 |
| Baixas para produção | (1.237.541) | (279) | - | (1.237.820) |
| Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 | 236.689 | 630 | 1.289 | 238.608 |
| Ativo circulante | 205.400 | 630 | - | 206.030 |
| Ativo não circulante | 31.289 | - | 1.289 | 32.578 |
| | 236.689 | 630 | 1.289 | 238.608 |

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

| | 2024 | 2023 |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| Circulante | | |
| ICMS | 52.482 | 47.072 |
| COFINS | 13.864 | 5.792 |
| PIS | 3.020 | 1.082 |
| Antecipações de IRPJ | 357 | 6.163 |
| Crédito judicial INSS | - | 648 |
| Outros | 3 | 3 |
| | 69.726 | 60.760 |
| Não Circulante | | |
| ICMS | 1.246 | 1.033 |
| COFINS | 8.723 | 8.420 |
| PIS | 2.317 | 2.385 |
| | 12.286 | 11.838 |
| Total de Tributos a recuperar | 82.012 | 72.598 |

ICMS: A Companhia acumula créditos de ICMS em função da representatividade das exportações em suas operações. O aumento do saldo credor em relação ao exercício anterior decorre do aumento das exportações e das compras tributadas de matéria-prima, resultando no incremento dos créditos fiscais. Os referidos créditos serão integralmente compensados nos próximos 12 meses.

PIS e COFINS: Os créditos de PIS e COFINS decorrem das aquisições de insumos utilizados na produção de bens destinados à exportação, de operações com alíquota zero e da aquisição de ativos imobilizados para obras de ampliação das unidades produtivas. Além disso, houve o reconhecimento de créditos extemporâneos, que serão compensados com débitos de tributos federais ainda no primeiro semestre de 2025.

Antecipações de IRPJ: Referem-se às retenções na fonte sobre aplicações financeiras. Esses valores serão realizados por meio de compensação com impostos e contribuições federais a pagar. Os tributos a recuperar com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados no ativo não circulante.

| | 31 de dezembro de 2022 | Adições | Baixas | Deprecias | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2024 |
|---|------------------------|---------|---------|-----------|------------------------|------------------------|
| Edificações | 26.143 | 731 | (4.447) | (4.469) | 17.958 | 12.035 |
| Máquinas e equipamentos | - | - | - | - | - | 628 |
| Equipamentos de Processamento Eletrônico de Dados | - | - | - | - | - | (3.710) |
| | - | - | - | - | - | |

Pamplona

PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Que tal uma Costelinha Temperada?

* continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) **Passivos de arrendamento:** As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

| | 2024 | 2023 |
|----------------------------|---------|---------|
| Saldo em 1º de janeiro | 23.786 | 39.830 |
| Juros pagos | (1.368) | (1.702) |
| Baixa de contratos | - | (8.600) |
| Adição por novos contratos | 2.148 | 593 |
| Pagamentos de principal | (4.639) | (6.335) |
| Saldo em 31 de dezembro | 19.927 | 23.786 |

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações, conforme maturidade dos contratos:

| Vencimento das prestações | 2024 | 2023 |
|---------------------------|--------|--------|
| Menos de 1 ano | 5.949 | 5.379 |
| 2 anos | 4.674 | 5.590 |
| 3 anos | 3.202 | 4.047 |
| 4 anos | 1.887 | 2.908 |
| 5 anos | 1.887 | 1.814 |
| 6 a 10 anos | 2.328 | 4.048 |
| Saldo em 31 de dezembro | 19.927 | 23.786 |

13. FORNECEDORES

| | 2024 | 2023 |
|---------------------------------|---------|---------|
| Matéria-prima - Mercado interno | 197.347 | 180.185 |
| Matéria-prima - Mercado externo | 5.261 | 8.342 |
| Imobilizado - Mercado interno | 6.509 | 2.834 |
| | 209.117 | 191.361 |

O prazo médio de pagamento de fornecedores é de 41 dias (38 dias em 2023). A maioria das operações de liquidação de fornecedores são feitas diretamente pela Companhia, no entanto são realizadas algumas operações para fornecedores específicos na modalidade "risco sacado" diretamente com a Instituição Financeira. As faturas incluídas como "risco sacado" são pagas nas mesmas condições de preço e prazo negociadas com seus fornecedores, sem a incidência de qualquer encargo para a Companhia, de forma que não há alterações das condições comerciais após negociação e faturamento dos bens ou serviços. Os saldos de faturas incluídas no "risco sacado" em 31 de dezembro de 2024 perfazem o montante R\$ 10.272.

14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

| | 2024 | 2023 |
|--|--------|--------|
| Salários a pagar | 10.651 | 9.964 |
| Provisão e encargos de férias | 18.659 | 16.528 |
| Provisão participação nos resultados (PLR) | 6.172 | - |
| Encargos sociais | 4.244 | 10.118 |
| | 39.726 | 36.610 |

jurídicos, para as quais não há provisão constituída no montante total estimado de R\$ 192.546 (R\$ 130.784 em 2023), sendo R\$ 177.155 (R\$ 123.878 em 2023) para contingências tributárias, R\$ 7.862 (R\$ 5.313 em 2023) para contingências trabalhistas e R\$ 7.529 (R\$ 1.593 em 2023) para contingências cíveis.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 236.761, representado por 387.100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. (b) **Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se ao custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1º de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários. No exercício de 2024 houve um ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 2.498, com a realização do imposto de renda e contribuição social no valor R\$ 849, sendo R\$ 1.649 o valor líquido de realização, remanesecendo um saldo de R\$ 62.612. (c) **Reservas de lucros:** i. **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Foi constituída em 31 de dezembro de 2024, em consonância à norma legal, o montante de R\$ 4.295 sendo que o valor total, nesta data, totaliza R\$ 22.929. ii. **Reserva de retenção de lucros:** Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição de reserva legal e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. O Conselho de Administração deliberou e aprovou os créditos de juros sobre capital próprio com base nos lucros acumulados em 20 de agosto de 2024, no total de R\$ 18.100. O saldo remanescente de R\$ 108.728, destina-se ao reforço do capital de giro. iii. **Reserva de incentivos fiscais:** Refere-se aos créditos presumidos de ICMS excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, resultando na constituição da reserva de incentivos fiscais no valor de R\$ 83.241. Em 2023, devido ao lucro apurado ser insuficiente, não foi constituído o valor integral de R\$ 81.621, resultando em um montante de R\$ 2.685. O saldo da reserva, portanto, mantém-se em R\$ 255.633. A Companhia possui ação judicial em curso questionando a obrigatoriedade dessa reserva e, caso obtenha êxito, o valor poderá ser revertido. (d) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido. Em 2024, em razão da obrigatoriedade da constituição de reservas de incentivos fiscais, não houve distribuição de dividendos. O Conselho de Administração, na data de 20 de agosto de 2024 (Ata nº 351) deliberou e aprovou o crédito de juros sobre capital próprio. De acordo com a Lei nº 9.249/95, em 2024, a Companhia calculou e creditou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 18.100, sendo que o valor líquido de IRRF foi de R\$ 15.385, contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal, aos quais não foram imputados aos dividendos. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta resultado acumulados no patrimônio líquido.

19. RECEITA LÍQUIDA

A conciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

| | 2024 | 2023 |
|---------------------------|-----------|-----------|
| Receita operacional bruta | 2.237.362 | 1.294.255 |
| Venda mercado interno | 1.237.362 | 1.294.255 |
| Venda mercado externo | 1.174.183 | 933.390 |
| | 2.411.545 | 2.227.645 |

| | 2024 | 2023 |
|--------------------------|-----------|-----------|
| Deduções | (212.802) | (217.695) |
| Impostos sobre as vendas | (75.624) | (69.713) |
| Devoluções e abatimentos | (12.333) | (14.254) |
| Ajuste a valor presente | 2.110.786 | 1.925.983 |
| | 2.110.786 | 1.925.983 |

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

| | 2024 | 2023 |
|--|-----------|-----------|
| Classificação por natureza | | |
| Matéria-prima e materiais de uso e consumo | 1.333.530 | 1.348.406 |
| Pessoal | 173.396 | 166.832 |
| Logística | 187.441 | 157.581 |
| Serviços de terceiros | 73.339 | 65.813 |
| Marketing e propaganda | 7.436 | 6.202 |
| Depreciações e amortizações | 40.397 | 40.439 |
| Encargos trabalhistas | 32.845 | 33.382 |
| Energia | 22.986 | 25.738 |
| Manutenção | 26.292 | 23.070 |
| Comissões | 19.511 | 17.862 |
| Benefícios a colaboradores | 14.040 | 12.938 |
| Seguros | 8.163 | 7.548 |
| Outras despesas | 30.536 | 21.498 |
| | 1.969.912 | 1.927.309 |
| Classificação por função | | |
| Custos dos produtos vendidos | 1.711.983 | 1.711.652 |
| Vendas | 224.785 | 186.014 |
| Administrativas e gerais | 33.144 | 29.643 |
| | 1.969.912 | 1.927.309 |

21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

| | 2024 | 2023 |
|---|----------|----------|
| Receitas | | |
| Créditos extemporâneo de tributos | 16.934 | 10.550 |
| Créditos não reclamados | 450 | 778 |
| Venda de sucatas | 791 | 807 |
| Indenizações de seguros | 1.265 | 248 |
| Outras receitas | 818 | 768 |
| | 20.258 | 13.151 |
| Despesas | | |
| Despesas tributárias | (3.312) | (3.650) |
| Provisões contingências | (1.864) | (1.679) |
| Provisão para participação nos resultados | (6.172) | - |
| Indenizações | (3.564) | (5.683) |
| | (14.912) | (11.012) |
| | 5.346 | 2.139 |

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| Modalidade | Encargos anuais médios | Vencimento | Moeda | 2024 | 2023 |
|---|---------------------------------------|------------|-------|---------|---------|
| Capital de Giro | | | | | |
| | 3,74% a.a. + CDI | 2024 | R\$ | - | 2.692 |
| | 1,81% a 3,48% a.a. + CDI | 2028 | R\$ | 168.282 | 214.917 |
| | 6,64% a.a. + IPCA | 2024 | R\$ | - | 1.165 |
| | 10,60% a 12,00% a.a. | 2026 | R\$ | 10.551 | 1.008 |
| | 7,87% a 9,46% a.a. + variação cambial | 2027 | US\$ | 54.229 | 35.823 |
| | 4,10% a.a. + CDI | 2029 | R\$ | 59.025 | 59.110 |
| Linhas de crédito de exportação | | | | | |
| CRA-Certificado de Recebíveis do Agronegócio | | | | | |
| Investimentos | | | | | |
| BNDES/BRDE/BADESC | 3,48% a 4,83% a.a. + TJLP | 2024 | R\$ | - | 415 |
| | 9,58% a.a. + cesta de moedas | 2024 | R\$ | - | 699 |
| | 3,50% a.a. | 2024 | R\$ | - | 107 |
| | 6,00% a.a. | 2024 | R\$ | - | 504 |
| | 2,33% a 2,96% a.a. + CDI | 2040 | R\$ | 77.276 | 74.747 |
| | 3,74% a.a. + CDI | 2024 | R\$ | - | 152 |
| | 6,33% a.a. + IPCA | 2030 | R\$ | 5.562 | 5.890 |
| FINEP | 3,00% a 5,00% a.a. + TJLP | 2027 | R\$ | 3.383 | 4.903 |
| | | | | 378.308 | 402.132 |
| Total circulante | | | | 149.563 | 144.772 |
| Total não circulante | | | | 228.745 | 257.360 |

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

| Ano | 2024 | 2023 |
|-------------|---------|------|
| 2026 | 85.766 | |
| 2027 | 57.987 | |
| 2028 | 23.244 | |
| 2029 | 19.740 | |
| 2030 | 7.280 | |
| 2031 - 2039 | 34.728 | |
| | 228.745 | |

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

| | 2024 | 2023 |
|---------------------|-----------|-----------|
| Em 1º de janeiro | 402.132 | 366.389 |
| Captações | 147.205 | 201.609 |
| Juros provisionados | 64.099 | 48.467 |
| (-) Amortizações | (181.886) | (162.035) |
| (-) Juros pagos | (53.242) | (52.298) |
| Em 31 de dezembro | 378.308 | 402.132 |

Os empréstimos e financiamentos têm como garantia aval dos acionistas, imóveis, máquinas e equipamentos e recebíveis. A Companhia possui Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) com saldo devedor de R\$ 59.025, os quais possuem cláusulas restritivas ("debt covenants") que incluem a manutenção de determinados índices econômicos e financeiros a serem apurados anualmente, aos quais foram 100% atingidos em 31 de dezembro de 2024. O índice de alavancagem contratado foi de 2,60, enquanto o realizado foi de 1,86 (EBITDA ajustado de R\$ 186.903, dívida líquida de R\$ 337.622, e risco sacado de R\$ 10.272). Já o índice de liquidez corrente contratado foi de 1,2, com realização de 1,66.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

| (a) Composição do saldo Ativo | 2024 | 2023 |
|--|----------|----------|
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 294 | 296 |
| Provisão para contingências | 18.633 | 18.443 |
| Provisão para comissões | 1.030 | 865 |
| Provisão para variação cambial passiva | 1.341 | - |
| Provisão da participação do resultado | 1.342 | - |
| Prejuízos fiscais do imposto de renda | 129.825 | 130.308 |
| Prejuízos fiscais base negativa de contribuição social | 46.734 | 46.908 |
| Outras diferenças temporárias | 5.224 | 5.087 |
| | 204.423 | 201.907 |
| Passivo | | |
| Custo atribuído | (32.255) | (33.104) |
| Ajuste a valor justo de ativos biológicos | (429) | (429) |
| Ajuste a valor justo de investimentos | (2.404) | (2.404) |
| Provisão sobre reavaliação | (6.758) | (6.893) |
| Ajuste depreciação fiscal e societária | (10.768) | (8.929) |
| Ajuste juros sobre financiamento de imobilizado | (3.310) | (3.631) |
| Provisão para variação cambial ativa | - | (644) |
| Outras diferenças temporárias | (452) | (438) |
| | (56.376) | (56.472) |

Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos **148.047 145.435**

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre adições temporárias, serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem, combinadas com as projeções de lucros tributáveis futuros.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2024 são:

| Ano | 2024 | 2023 |
|------|---------|------|
| 2025 | 19.918 | |
| 2026 | 12.602 | |
| 2027 | 14.951 | |
| 2028 | 16.441 | |
| 2029 | 18.392 | |
| 2030 | 20.485 | |
| 2031 | 22.248 | |
| 2032 | 23.314 | |
| 2033 | 24.852 | |
| 2034 | 26.229 | |
| 2035 | 4.991 | |
| | 204.423 | |

(b) Reconciliação da alíquota de imposto de renda e da contribuição social

| | 2024 | 2023 |
|---|--------------|---------------|
| Resultado antes dos impostos | 84.492 | (56.824) |
| Alíquota fiscal | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal | (28.727) | 19.320 |
| (Adições) exclusões permanentes | | |
| Despesas não dedutíveis | (1.081) | (167) |
| Exclusões de incentivos fiscais | 24.902 | 28.664 |
| Receitas não tributáveis | 147 | 1.700 |
| Juros sobre o capital próprio | 6.154 | 8.398 |
| Imposto de renda e contribuição social | 1.395 | 57.915 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (1.217) | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 2.612 | 57.915 |
| | 1.395 | 57.915 |

Alíquota efetiva

Anualmente, a administração reavalia o resultado efetivo dos planos de negócios da Companhia e sua capacidade de geração de lucros tributáveis futuros e, conseqüentemente, revisa a capacidade de realização e registro contábil desses créditos tributáveis.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os processos tributários, cíveis e trabalhistas foram avaliados pela Administração da Companhia, baseados na opinião dos consultores jurídicos. Nos casos em que há expectativas prováveis de perdas, foram constituídas as correspondentes provisões para contingências. As movimentações das provisões em 2024 estão apresentadas a seguir:

| | Depósitos judiciais | Provisões para contingências | 2024 | 2023 |
|--------------|---------------------|------------------------------|---------------|---------------|
| Tributárias | 398 | 554 | 29.903 | 29.132 |
| Trabalhistas | 910 | 513 | 13.612 | 14.108 |
| Cíveis | 885 | 885 | 965 | 953 |
| Total | 2.193 | 1.952 | 44.480 | 44.193 |

As movimentações da provisão para contingências nos exercícios de 2023 e de 2024 estão demonstradas a seguir:

| | Tributárias | Trabalhistas | Cíveis | Total |
|---------------------------------|-------------|--------------|--------|---------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 26.627 | 15.689 | 943 | 43.259 |
| Adições | 2.615 | 4.191 | 10 | 6.816 |
| Baixas | (110) | (5.772) | - | (5.882) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 29.132 | 14.108 | 953 | 44.193 |
| Adições | 1.034 | 4.388 | 12 | 5.434 |
| Baixas | (263) | (4.884) | - | (5.147) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 29.903 | 13.612 | 965 | 44.480 |

(a) Perdas possíveis não provisionadas no balanço: A Companhia possui processos de natureza trabalhistas, tributárias e cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores



Conselho de Administração

| | | | | | | |
|--|--|--------------------------------------|------------------------------------|---|---|---|
| Valdecir Pamplona Presidente | Elvio de Oliveira Flores Vice-Presidente | Edina Pamplona Conselheira | Osmar Peters Conselheiro | Guilherme de Borba Pamplona Conselheiro | Marcelo Lima Tonini Conselheiro | Wagner Augusto Ilitch Bauer Conselheiro |
|--|--|--------------------------------------|------------------------------------|---|---|---|

Diretoria Executiva

| | | | |
|---|--|---|---|
| Irani Pamplona Peters Diretora Presidente | Adriano Cesar Passenko Diretor Administrativo Financeiro | Cleiton Pamplona Peters Diretor Comercial Mercado Interno | Maria Daurete Pamplona Rizzi Diretora de Logística |
| Ronaldo Kobarg Müller Diretor Vice-Presidente | Adilor Ascari Bussolo Diretor Industrial | Edival Justen Diretor de Suprimentos e Fomento | Valdecir Pamplona Junior Diretor de Expansão e Novos Negócios |

Contador

Élvis Justen - CRC - SC-028194/O-3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da **Pamplona Alimentos S.A.** Rio do Sul - SC. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Pamplona Alimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita de vendas:** Conforme descrito na Nota 19, a Companhia reconheceu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, receitas de contrato com cliente no montante de R\$ 2.110.786 mil, o processo de reconhecimento de receita da Companhia envolve um número elevado de controles

que têm o objetivo de assegurar de que todos os produtos faturados tenham sido entregues aos seus respectivos clientes dentro do período contábil adequado e que, portanto, as receitas de vendas de mercadorias sejam reconhecidas quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes ao controle dos bens foram transferidos para o comprador. As receitas auferidas pela Companhia e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados nas notas explicativas 3.16. Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria tendo em vista o grande volume e a pulverização de transações diárias ocorridas. Eventuais falhas que envolvem o reconhecimento de receita pela Companhia, poderiam provocar distorções significativas nas demonstrações financeiras. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos da Companhia, (ii) testes substantivos em bases amostrais sobre o processo de reconhecimento de receita, como por exemplo procedimentos para corroborar o lançamento do reconhecimento de receita, (iii) testes específicos de correlação entre os saldos de caixa, contas a receber e reconhecimento das receitas, incluindo a revisão das premissas, e (iv) testes específicos com foco adicional sobre a avaliação da autenticidade e adequada valorização destas receitas e o registro no correto período de competência. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria para estorno de receita, sendo este ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseado no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receitas de contrato com cliente, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria

da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Blumenau (SC), 18 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S/S. Ltda.
CRC SC-000048/F
Cleverson Luis Lescowicz
Contador CRC-SC027535/O



pamplona.com.br

